



FNPETI

Fórum Nacional de Prevenção
e Erradicação do Trabalho Infantil

Lançamento de dados da Pesquisa IBOPE - OPP043 OIT / ANDI / FÓRUM NACIONAL

A opinião pública sobre trabalho infantil

Veja abaixo destaques da pesquisa IBOPE de opinião pública sobre trabalho infantil e piores formas de trabalho infantil, realizada em março de 2006.

SÚMULA

- Para 77,3% dos entrevistados mais jovens, com idade entre 16 e 24 anos, é preferível trabalhar com 16 anos ou mais.
- Para 44,4% da população, a responsabilidade por não permitir o trabalho infantil é do Estado, para 32,7% a responsabilidade é da família, e para 18,6% é da sociedade.
- Para 90% dos jovens entre 16 e 24 anos, pessoas que utilizam mão-de-obra infantil, expondo a criança a riscos, deveriam ir para a cadeia.
- Para 55,5% dos entrevistados, o trabalho infantil gera pobreza, desemprego e é prejudicial para a economia do país.
- Ao todo, 68% das pessoas com idade entre 16 e 24 anos, e o mesmo percentual dos que têm entre 25 a 29 anos, discordam da afirmação de que é correto crianças trabalharem em um país como o Brasil. 70% dos que têm nível superior consideram que não é correto que criança trabalhe.
- A pior forma de trabalho infantil é, para a maioria dos entrevistados (78%), a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Em segundo lugar, para 65%, a pior forma de trabalho infantil é a exploração de crianças no plantio e tráfico de drogas.
- A televisão e o jornal impresso são os maiores difusores do debate sobre o trabalho infantil. Ao todo, 73,9% dos entrevistados afirmou ter visto ou ouvido sobre o tema na TV, e 21,8% afirmou ter lido em jornais impressos.





FNPETI

Fórum Nacional de Prevenção
e Erradicação do Trabalho Infantil

A PESQUISA

A pesquisa IBOPE de opinião pública sobre trabalho infantil foi realizada no âmbito do Programa de Comunicação para Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil, executado pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). São dados inéditos divulgados com exclusividade na ocasião do lançamento do Portal do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, em 24 de outubro de 2006.

O objetivo da pesquisa foi levantar junto à população da área em estudo opiniões relacionadas ao trabalho infantil, no momento em que o Brasil completou 16 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA; oito anos da Emenda Constitucional Número 20, artigo 07. XXXIII, a qual elevou a idade mínima para admissão no trabalho ou emprego de 14 para 16 anos; exatos seis anos de ratificação da Convenção Nº. 182 da OIT sobre a Imediata Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil e; quatro anos de ratificação da Convenção 138 da OIT sobre o estabelecimento da idade mínima para a admissão ao trabalho ou ao emprego.

A análise destes dados nos permite verificar os impactos da mobilização social nos últimos 14 anos, das políticas sociais adotadas e da consciência subjetiva da sociedade sobre o nível de assimilação dos compromissos internacionais assumidos pelo Governo Brasileiro, Empregadores e Trabalhadores; assim como nos permite refletir sobre as estratégias de políticas públicas e responsabilidade social futuras.

A pesquisa IBOPE de opinião foi realizada em duas rodadas. A primeira, de 9 a 14 de setembro de 2004, e a segunda, realizada entre os dias 16 e 23 de março de 2006. Em cada rodada, a pesquisa entrevistou a 2002 pessoas.

O modelo de amostragem utilizado foi o de conglomerados em 3 estágios, no primeiro estágio foram selecionados probabilisticamente através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), com base na população de 16 anos ou mais residente nos setores. No segundo estágio são selecionados os conglomerados: setores censitários, com PPT sistemático. A medida de tamanho é a população de 16 anos ou mais, residente nos setores.

Finalmente, o terceiro estágio foi selecionado em cada conglomerado um número fixo de eleitores segundo cotas de variáveis.





FNPETI

Fórum Nacional de Prevenção
e Erradicação do Trabalho Infantil

Para cada pergunta, a pesquisa dispôs de recortes de sexo, idade, grau de instrução do entrevistado, região do país onde reside, condição do município (capital, periferia/região metropolitana ou interior), porte do município em número de eleitores, renda familiar (em salários mínimos) e classe social.

DADOS DE DESTAQUE

No documento que se segue, são apresentados alguns dados destacados da pesquisa realizada em março de 2006. A primeira análise das duas rodadas está no relatório "A Percepção do Trabalho Infantil na Sociedade Brasileira – Primeiros resultados da pesquisa de Opinião IBOPE 2004/2006", de autoria da socióloga Rosa Ribeiro, disponível no portal do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (www.fnpeti.org.br)

IDADE PARA PRIMEIRO TRABALHO OU EMPREGO

Com relação à pergunta: "Na sua opinião, a partir de que idade seria adequado que uma pessoa começasse a trabalhar?", verificou-se que as mulheres, em sua maioria (58%), consideram que a idade adequada para o primeiro emprego é de 16 anos ou mais, contra 51% dos homens.

Para 77,3% dos entrevistados mais jovens, com idade entre 16 e 24 anos, é preferível trabalhar com 16 anos ou mais. Em contraposição aos jovens, essa opção é escolhida por 37,3% dos entrevistados com idade a partir de 50 anos.

Esse dado revela que, para pessoas mais velhas, o trabalho precoce é mais aceito, enquanto que as novas gerações preferem retardar o seu ingresso no mercado de trabalho, possivelmente para aumentar suas possibilidades e tempo de estudo, e assim preparar-se adequadamente para o ingresso no mercado de trabalho.

Sobre a mesma pergunta, quanto maior o grau de instrução, maior o percentual de pessoas que acreditam ser 16 anos ou mais a idade adequada para trabalhar. Entre os que têm nível superior 35% consideram que a admissão no primeiro emprego deveria acontecer não aos 16 anos e sim com 18 anos ou mais idade.





Ao comparar o porte do município (em número de eleitores), um quarto dos entrevistados de municípios com mais de 100 mil eleitores (portanto com maior concentração populacional), consideram 16 anos a idade adequada, contra 21% das pessoas residentes de municípios com até 20 mil eleitores e entre 20 mil e 100 mil eleitores.

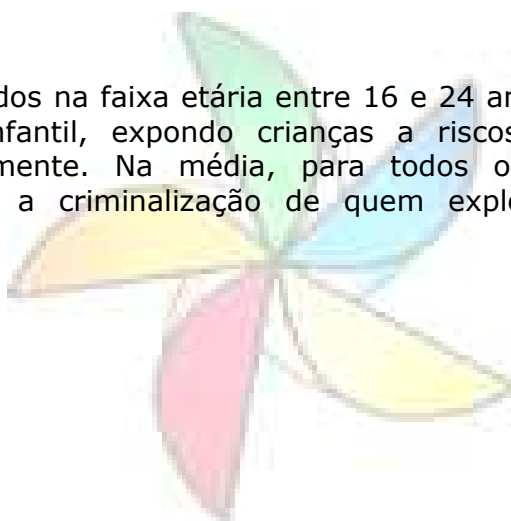
RESPONSABILIDADE SOBRE O TRABALHO INFANTIL

Com relação à pergunta: na sua opinião, de quem é a responsabilidade por não permitir o trabalho infantil no Brasil? Os homens foram mais enfáticos que as mulheres ao responder que a responsabilidade é do Estado, com 50,6% das respostas; 44,7% das mulheres consideraram que esta é uma responsabilidade do Estado.

Esta tendência da responsabilidade primeira recair sobre o Estado e depois sobre a família e em seguida sobre a sociedade permanece entre jovens e adultos; entre os que têm apenas o ensino fundamental e os de graus de instrução superior, entre as várias regiões do país e entre as diferentes condições e porte de municípios em número de eleitores; assim como pelo critério de renda familiar e econômico do país.

RESPONSABILIDADE PENAL SOBRE O TRABALHO INFANTIL

Para 90% dos entrevistados na faixa etária entre 16 e 24 anos, pessoas que utilizam mão-de-obra infantil, expondo crianças a riscos, deveriam ser responsabilizadas penalmente. Na média, para todos os entrevistados, 84,2% concordam com a criminalização de quem explora crianças no trabalho.





FNPETI

Fórum Nacional de Prevenção
e Erradicação do Trabalho Infantil

MALABARISMO, UMA PIOR FORMA DE TRABALHO INFANTIL?

A pesquisa revela que não existe um consenso na população brasileira, se crianças fazendo malabarismos nos semáforos não é considerado trabalho infantil. Essa atividade é tida como uma das formas do trabalho informal urbano, que expõe crianças e adolescentes a diversos riscos, inclusive de atropelamento, aliciamento, exploração sexual comercial e ao tráfico de drogas. No entanto, para 39% da população essa atividade ainda não é considerada trabalho infantil.

TRABALHO INFANTIL X POBREZA, DESEMPREGO E ECONOMIA DO PAÍS

Para 55,5% dos entrevistados, o trabalho infantil gera pobreza, desemprego e é prejudicial para a economia do país. Mulheres são mais contundentes que homens nesse sentido, e jovens (16 a 24 anos) são mais incisivos que adultos (40 anos ou mais). Se analisarmos resultados por região geográfica, o maior percentual dos que discordam totalmente de que o trabalho infantil gera pobreza está na região Sul (26%).

BRASIL! É CORRETO QUE SUAS CRIANÇAS TRABALHEM?

Para a afirmação: "Em um país como o Brasil, é correto que crianças (até 16 anos) também trabalhem", 55% da população discordam total ou parcialmente.

Mas é marcante notar que os mais jovens discordam mais dessa frase que os mais velhos. Ao todo, 68% das pessoas com idade entre 16 e 24 anos, e o mesmo percentual dos que têm entre 25 a 29 anos discordam da afirmação de que é correto crianças trabalharem em um país como o Brasil. Esse percentual cai para 34% na opinião de pessoas com 50 anos ou mais.





FNPETI

Fórum Nacional de Prevenção
e Erradicação do Trabalho Infantil

Quanto maior o grau de instrução, maior a consciência de que não é correto crianças trabalharem em um país como o Brasil. 70% dos que têm nível superior consideram que não é correto que criança trabalhe, contra 39% dos que têm até a 4ª série do ensino fundamental.

Por região do país, 56% dos entrevistados do Nordeste e 58% dos entrevistados do Sudeste não estão de acordo que crianças trabalhem. Entretanto, essas duas regiões são as que têm os maiores números absolutos de trabalham infantil.

Com relação à renda familiar, quanto maior a renda, maior a consciência sobre o problema de trabalho infantil. 69% de pessoas com mais de 10 salários mínimos discordam de que é correto criança trabalhar em um país como o Brasil, contra 49% das pessoas que recebem até 1 salário mínimo.

AS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL

De acordo com os resultados da pesquisa, a sociedade brasileira parece ter assimilado o conceito sobre as PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL (PFTI) da Convenção 182 da OIT, uma das mais ratificadas no mundo.

Ao serem indagados sobre quais seriam as duas principais PFTI, 78% consideraram ser a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, 65% afirmaram ser a exploração de crianças no plantio e tráfico de drogas, 27% consideraram ser a criança no trabalho escravo e 13% afirmaram ser o trabalho perigoso, que provavelmente prejudique a saúde, a segurança e a moral da criança.

O Conceito de “trabalho perigoso” escondido em atividades domésticas, informais urbanas, agrícolas, de extrativismo mineral, ainda é um conceito de difícil assimilação pela sociedade. No tema dos trabalhos perigosos, somente 17% dos que têm grau de instrução superior afirmaram que os trabalhos perigosos integram o núcleo das piores formas de trabalho infantil, um pouco acima da média nacional.

No tema da exploração sexual comercial foram as mulheres as mais incisivas: 81% afirmaram ser esta uma principal PFTI em contraposição a 74% dos homens.





FNPETI

Fórum Nacional de Prevenção
e Erradicação do Trabalho Infantil

No tema do trabalho escravo 30% dos homens afirmaram ser esta uma principal PFTI em comparação a 25% das mulheres. Foi entre os entrevistados das regiões Norte e Centro Oeste o maior percentual (32%) dos que opinaram ser o trabalho escravo uma PFTI.

Uma vez mais a percepção entre gerações se divergem: 84% dos jovens entre 16 e 24 anos e 70% dos adultos com 50 e mais anos afirmaram ser a exploração sexual a principal PFTI e, de forma contrária, foram os adultos os que afirmaram ser o tráfico de drogas a principal PFTI, com 69% das opiniões, contra 57% dos jovens.

A COMUNICAÇÃO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para a pergunta "gostaria de saber se o (a) sr (a) viu ou ouviu notícias sobre trabalho infantil nos últimos três anos? (Caso sim) Onde?", 73,9% afirmaram ter visto e ouvido na televisão, 21,8% em jornais impressos, 14,8% nas rádios, 10,5% em revistas e 5,7% na Internet. Esta tendência foi unânime em todas as categorias de análise. Se a televisão se perfilou como o instrumento de democratização da informação dos direitos da criança, sua proteção e os motivos para se erradicar o trabalho infantil; dois outros dados chamam a atenção: a) o acesso a Internet para este tipo de informação claramente ficou restrito nas capitais, com mais de 100 mil eleitores, das regiões mais desenvolvidas do país, para aquelas pessoas com uma renda familiar de mais de 10 salários mínimos; b) a média das pessoas que afirmaram não ter visto ou ouvido sobre trabalho infantil foi de 18,5%, atingindo seu ápice com 30% entre aquelas cujo perfil escolar não superou a 4ª série do fundamental, com 50 ou mais anos de idade, com até 1 salário mínimo, das classes D e E, do interior da região Nordeste, em municípios de até 20 mil eleitores.

Esta última pergunta analisada em conjunto com as demais anteriores, foi fundamental para a reflexão de que o acesso à informação e à educação de qualidade foram fundamentais para uma consciência mais apurada sobre o trabalho infantil, suas piores formas e suas conseqüências imediatas para a criança e para a nação.





Sugestões de Fontes:

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Isa Maria de Oliveira - secretária-executiva

(61) 3429-3880 / 3921

forum.nacional@mj.gov.br <mailto:forum.nacional@mj.gov.br>

www.fnpeti.org.br

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Pedro Américo Furtado de Oliveira - Coordenador do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)

(61) 2106-4617

oliveirap@oitbrasil.org.br <mailto:oliveirap@oitbrasil.org.br>

Renato Mendes - Coordenador de Projetos do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)

(61) 2106-4617

mendes@oitbrasil.org.br <mailto:mendes@oitbrasil.org.br>

ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Coordenação do Projeto Mídia e Trabalho Infantil

Daniela Rocha - coordenadora

(61) 2102-6513

drocha@andi.org.br <mailto:drocha@andi.org.br>

Pesquisa Ibope de Opinião Pública sobre Trabalho Infantil e Piores Formas de Trabalho Infantil

Rosa Ribeiro - Consultora

(21) 9428-5459

(21) 2266-3439

rosaribeiro@globo.com <mailto:rosaribeiro@globo.com>

rrs@ibge.gov.br <mailto:rrs@ibge.gov.br>

